

Jornalistas na busca inacabada de identidade

Joaquim Fidalgo

Universidade do Minho

Resumo

Nesta comunicação aborda-se a questão do jornalista enquanto profissional, como tal reconhecido e legitimado, e sobretudo do percurso longo e complexo que fez para atingir tal estatuto. Indo mais além da doutrina funcionalista, evocam-se as novas perspectivas propostas, a partir dos anos 1960-70, pela sociologia das profissões, designadamente o paradigma interaccionista e o “paradigma do poder”, defendendo-se que elas abrem horizontes mais ricos e adequados para compreender o percurso histórico dos jornalistas na afirmação do seu ofício como uma verdadeira profissão e, de par, na construção (contraditória e ainda inacabada) de uma identidade profissional, em termos tanto individuais como colectivos.

1- Introdução

Quando o investigador francês Denis Ruellan chama a atenção para esse “hábito de linguagem” que costuma levar um jornalista a autodenominar-se “*jornalista profissional*”, sendo certo que “nunca dizemos *professor profissional*, *advogado profissional* ou *agricultor profissional*” (Ruellan, 1993: 11), ele está a expor, afinal, uma ambiguidade que desde há décadas acompanha este grupo profissional (ou ‘grupo ocupacional’, como outros prefeririam) e torna difícil a definição dos seus contornos. O que poderia parecer uma formulação pleonástica, destinada apenas a enfatizar o óbvio, acaba por ser a tradução pública e notória da necessidade, sentida por grande parte dos jornalistas, de sublinharem o carácter **especializado**, **autónomo** e **nobre** da actividade que exercem a título permanente e remunerado – além de, habitualmente, exclusivo. Insistir em adjectivar o jornalista de “*profissional*” pressupõe que pode, de facto ou de direito, haver jornalistas “*não profissionais*” – com isso podendo significar “amadores” “diletantes”, “aprendizes”, “principiantes”, “incompetentes”... –, o que, só por si, é revelador de uma dificuldade de delimitação nada comum nas chamadas ‘profissões estabelecidas’, interiorizadas pela opinião pública com base no modelo do profissional liberal (médico, advogado, engenheiro).

A dificuldade de fixação clara dos limites de actividade dos jornalistas enquanto profissionais vai de par com a dificuldade de definição clara da actividade em si: o jornalismo. E é a luta pela afirmação deste ofício como actividade autónoma, específica,

cientificamente caracterizável e merecedora de reconhecimento social, que impele os seus intérpretes a auto-denominarem-se *profissionais*, a afirmarem-se como os legítimos ocupantes deste espaço e a traçarem uma linha que exclua os “*não profissionais*”.

2- Profissão: a difícil definição

O estudo sistemático das profissões, designadamente no âmbito da sociologia, tem uma tradição recente na Europa. Nos países do universo anglo-saxónico, já de há muito se faz a distinção entre “*professions*” e “*occupations*”, sendo que as primeiras têm até, no caso dos EUA, definidas em texto legal as suas obrigatórias atribuições. Aí, o atributo de “*profissão*” está reservado às actividades que preenchem os requisitos associados às profissões liberais, e vai de par com a concessão, aos seus membros, de alguns direitos particulares, como os de “se constituir em associação autónoma e reconhecida, interditar o exercício da actividade aos não-membros, organizar a formação” (Dubar, 1998: 7). Os titulares de “*occupations*”, em contrapartida, não têm tais regalias ou reconhecimentos e, no plano associativo, organizam-se por regra em sindicatos.

Não é isto que sucede na generalidade dos países europeus (e designadamente em França – onde desde a década de 70 do século XX começaram a desenvolver-se estudos especificamente no domínio dos grupos profissionais –, ou em Portugal), onde o termo “*profissão*” sempre teve uma utilização mais genérica, e portanto mais indefinida. Claude Dubar e Pierre Tripier (Dubar & Tripier, 1998: 9-11) sintetizam assim os três “universos de significação” associados ao uso do termo “*profissão*” em francês, mas cuja correspondência com o termo em português é total: tanto pode ser (1) “qualquer coisa que se enuncia publicamente e que está ligado a crenças político-religiosas” (é a chamada ‘profissão de fé’, o ‘professar certas crenças ou valores’), como (2) “o trabalho que se faz, na medida em que nos permite viver graças ao rendimento que dele retiramos” (esta acepção é próxima da ‘ocupação’ e costuma incluir-se nos elementos básicos de identificação de uma pessoa, a par de nome, estado civil, naturalidade, residência...), ou finalmente como (3) “conjunto de pessoas que exercem o mesmo ofício” (e o sentido, aqui, é próximo do de ‘corporação’ ou de ‘grupo profissional’). Dubar e Tripier acrescentam a estes três sentidos tradicionais um quarto, mais recente, de profissão “como função” ou como “posição profissional num organograma” (*ibid.*:

12). E é em paralelo com estes quatro sentidos do termo que propõem também quatro “pontos de vista diferentes sobre a actividade do trabalho” (*ibid.*: 12-13) subjacentes, em seu entender, a cada um deles:

- 1) profissão = declaração (aponta para uma “identidade profissional”)
- 2) profissão = emprego (corresponde a uma “classificação profissional”)
- 3) profissão = ofício (pressupõe uma “especialização profissional”)
- 4) profissão = função (significa uma “posição profissional”).

Olhado numa perspectiva histórica, um estudo comparativo das profissões pode, entretanto, segundo Dubar e Tripier, seguir três perspectivas diversas e complementares, cada uma fazendo luz sobre diferentes aspectos desta forma de organização:

1. as profissões como “formas históricas de organização social, de categorização das actividades do trabalho que constituem desafios políticos, inseparáveis da questão das relações entre o Estado e os indivíduos”;
2. as profissões como “formas históricas de realização de si, quadros de identificação subjectiva e de expressão de valores de ordem ética com um significado cultural”;
3. as profissões como “formas históricas de coligação de actores que defendem os seus interesses tentando assegurar e manter um mercado de trabalho fechado, um monopólio para as suas actividades, uma clientela garantida para o seu serviço, um emprego estável e uma remuneração elevada, um reconhecimento da sua especialização [*expertise*]”, o que consubstancia um desafio sobretudo económico.

É a sucessão destas perspectivas (política, ético-cultural, económica) que encontramos nas grandes abordagens teóricas da sociologia das profissões ao longo do século XX.

- Os primeiros estudos foram dominados pelas teorias funcionalistas, tendendo a olhar as profissões (à imagem das profissões liberais) como “um modelo superior e completo (...), a que as restantes ‘ocupações’ não conseguiam alcandorar-se” (Rodrigues, 2002: viii). É no **paradigma funcionalista** que se inscrevem as mais frequentes classificações sobre as actividades de trabalho, nomeadamente ao afirmarem que só pode ser considerada ‘profissão’ aquela que possuir um conjunto bem preciso de atributos. Define-se, assim, um ideal-tipo de profissão, sendo as ocupações que só satisfazem alguns dos critérios consideradas “quase-profissão” ou “semi-profissão” (*ibid.*: 7).

A perspectiva funcionalista dominou boa parte da sociologia das profissões até finais da década de 1960 (MacDonald, 1999), e nela era bem visível a influência de Durkheim:

“Em França, Durkheim (1893) foi sem dúvida o primeiro sociólogo a defender uma argumentação sobre a evolução conjunta das actividades económicas e das formas de organização social que desemboca numa concepção – que alguns julgarão demasiado normativa – dos grupos profissionais” (Dubar & Tripier, 1998: 67).

Os trabalhos de Carr-Saunders e Wilson em Inglaterra, bem como os de Parsons nos Estados Unidos, constituem outras tantas abordagens de uma teoria funcionalista que procura descrever e avaliar a influência das organizações profissionais nas sociedades modernas e que, de acordo com Dubar & Tripier (*ibid.*: 68), se poderia sintetizar em três grandes proposições de partida:

1. O desenvolvimento, a restauração e a organização das profissões estão no cerne do desenvolvimento das sociedades modernas,
 2. porque elas asseguram uma função essencial: a coesão social e moral do sistema social
 3. e representam, por esse facto, uma alternativa à dominação do mundo dos negócios, do capitalismo concorrencial e da luta de classes.
- Num segundo momento, é o **paradigma interaccionista**, com origem na Escola de Chicago, que começa a dominar as abordagens. Em vez de se preocupar em identificar os traços ou atributos que supostamente caracterizariam uma profissão – numa lógica de **modelo** –, as perspectivas ligadas à corrente teórica do interaccionismo simbólico privilegiaram uma lógica de **processo**: mais importante do que definir o que é uma profissão seria “identificar as circunstâncias segundo as quais as ocupações se transformam em profissões” (Rodrigues, 2001: 16). É eloquente, a este título, uma célebre passagem de E. Hughes (nome que constitui a mais saliente referência da abordagem interaccionista das profissões), datada de 1958:

“Eu passei da falsa questão ‘é esta ocupação uma profissão?’ para uma mais fundamental, ‘quais as circunstâncias pelas quais as pessoas que têm uma ocupação tentam torná-la numa profissão, e a si próprias em profissionais?’, e ‘quais os passos pelos quais tentam criar uma identificação com os seus modelos de valores?’” (Hughes, 1958, cit. por Rodrigues, 2001: 16).

Neste nível, o próprio estudo das profissões é alargado para um quadro mais vasto das actividades, sempre com o pressuposto de que a divisão do trabalho resulta de interacções e processos de construção social – não sendo, como pretende o funcionalismo, uma simples “capacidade técnica de responder a necessidades sociais” (Rodrigues, 2001: 15). Para Hughes, a especificidade do trabalho dos profissionais

reside já não em atributos ou características particulares que lhe sejam inerentes, mas nas condições concretas do seu exercício: a existência de uma autorização legal e de um mandato sobre certos saberes ‘sagrados’, a existência de instituições que protejam o diploma dos profissionais e mantenham esse seu mandato, a existência de carreiras, enquanto espaços de diferenciação/hierarquização, mas também enquanto espaços de socialização (pois ao mandato se associam uma filosofia e uma visão do mundo).

O caminho da profissionalização é entendido como um “processo de afirmação de ocupações por oposição ou afastamento dos modos amadores de desenvolvimento da actividade” (*ibid.*: 16), e que não se restringe necessariamente a um escasso número de ocupações. A própria exigência de uma formação especializada, por regra proveniente da escola, é considerada menos como um **atributo** das profissões e mais como um **meio**, um **recurso** para o processo de profissionalização: o aumento dos níveis de qualificação é fundamental nos conflitos de disputa de áreas de trabalho e respectivas “fronteiras” (Ruellan, 1997b) entre grupos ocupacionais, pelo que a formação e as escolas se transformam em “instituições que atribuem licenças para trabalhar numa ocupação”, assim “estabelecendo a distinção entre os verdadeiros profissionais e os leigos” (Rodrigues, 2001: 17). Está sempre presente uma perspectiva processual e relacional, uma perspectiva dinâmica, bem própria do interaccionismo, e que coloca o acento tónico já não na **estrutura**, mas na **acção**, já não no facto de que “as coisas acontecem”, mas no facto de que “as pessoas agem” (MacDonald, 1995: 7).

Na abordagem interaccionista dos grupos profissionais, há dois conceitos-chave: os de **licença** (que consiste na autorização legal, jurídica, para exercer uma determinada actividade, com isso impedindo outros potenciais candidatos de o fazerem) e de **mandato** (a correlativa obrigação de prestar esse serviço à sociedade, num espírito desinteressado, como que ‘de missão’, e sujeito a regras de conduta rigorosas).

- Num terceiro momento (décadas de 1970 e 1980), a sociologia das profissões foi enriquecida com novos estudos e perspectivas teóricas mistas, quer desenvolvendo pontos de confluência e complementaridade entre os paradigmas do funcionalismo e do interaccionismo, quer chamando a atenção para novas dimensões. De entre estas, sobressaíram as que destacaram o papel dos **mecanismos económicos** e do controlo dos mercados nas sociedades modernas (indo buscar contributos teóricos a Marx, nuns casos, e retomando ou relendo Max Weber, noutros) e a questão do **poder** das

profissões, bem como as **estratégias** dos grupos profissionais na conquista e preservação desse poder. São as chamadas “novas teorias” das profissões (Dubar & Tripier, 1998: 113), que tendem a encarar e a estudar os profissionais sobretudo como “actores colectivos do mundo económico que conseguiram fechar o seu mercado de trabalho e estabelecer um monopólio de controlo das suas próprias actividades de trabalho” (*ibid.*), o qual conduz à elevação do seu estatuto social e ao aumento do seu poder. De comum a estas diversas teorias encontram-se, então, os conceitos de “monopolização económica”, de “fechamento social” e de “legitimidade política”, cuja “origem weberiana” Dubar e Tripier (*ibid.*) sublinham, embora acrescentem que também podem encontrar-se em alguma medida nas teorias marxistas. Este “movimento crítico” é, em função dos anteriores, assim caracterizado genericamente por Rodrigues:

“A explicação do fenómeno das profissões na perspectiva funcionalista repousa sobre critérios de legitimidade social; na perspectiva interaccionista, nas relações de negociação e de conflito desenvolvidas pelas ocupações; agora as explicações alargam-se a critérios relacionados com o poder: o poder profissional, económico, social e político dos próprios grupos” (Rodrigues, 2001:47).

Tal movimento acabou por ter, segundo Rodrigues (2001: 41), duas consequências metodológicas importantes:

1. as profissões passam a ser analisadas numa perspectiva **dinâmica** “relativa ao processo de obtenção do estatuto de profissão” (*ibid.*: 44), e não apenas numa abordagem **estática** de identificação dos seus atributos, numa lógica sempre tributária de um ideal-tipo definido “a priori” (o que significa que os referidos “traços” profissionais caros ao funcionalismo deixam de ser considerados ‘dados’ e passam a ser eles próprios ‘objecto de análise’);
2. os discursos sobre a profissão “passam a ser analisados como **argumentação** passível de se tornar em crenças socialmente partilhadas” e “essencial ao movimento de organização material e simbólica do estatuto profissional” (*ibid.*).

Terence Johnson, Eliot Freidson e Magali Larson são os autores mais representativos destas novas abordagens ligadas ao “**paradigma do poder**”, e que analisam o profissionalismo sobretudo como um “sistema de justificações” (Dubar e Tripier, 1998: 114), ligado a uma “estratégia política” e não a uma “exigência funcional” (como pretende o funcionalismo) ou a uma “resultante de configurações relacionais” (como sublinha o interaccionismo).

2. Da “profissão” ao “processo de profissionalização”

Foi a partir das teorias funcionalistas que começou por se lançar e desenvolver a noção de **profissionalização**, entendida inicialmente como o estudo do modo como, em determinadas circunstâncias, uma “*ocupação*” profissional pode passar ao estatuto de “*profissão*”. O que, por sua vez, implica uma listagem dos atributos ou traços distintivos da profissão, que de algum modo podemos alicerçar na trilogia de valores humanos referida por Merton (cit. por Rodrigues, 2001: 14) – *saber, fazer, ajudar* –, nos quais encontramos os pressupostos essenciais do **profissionalismo** tal como entendido pelo funcionalismo (qualificação teórica e competência técnica, experiência e ‘*expertise*’ prática, ideal altruísta de serviço como condição de reconhecimento e legitimidade social).

Ao longo do século XX, vários autores propuseram listagens destes atributos profissionais, podendo tomar-se como exemplar a proposta por Wilensky num artigo de 1964. De acordo com este autor (cit. em Dubar & Tripier, 1998: 90 e em Rodrigues, 2001: 22), são seis os critérios que devem ser sucessivamente preenchidos (até porque são progressivamente selectivos e, ao longo da história de diversas profissões, os últimos foram em regra atingidos mais tardiamente) para que uma ocupação ‘ascenda’ à categoria de profissão:

1. Passar de actividade amadora a ocupação a **tempo inteiro**;
2. Comportar **regras** para a sua actividade (assegurando assim um funcionamento autónomo);
3. Pressupor uma **formação** científica e escolas especializadas;
4. Possuir **organizações profissionais** que assegurem a aplicação das regras e que façam a gestão dos conflitos quer internos, quer externos;
5. Garantir uma **protecção legal do monopólio** da sua actividade;
6. Ter estabelecido um **código deontológico** (prova do “ideal de serviço”).

Coexistem aqui traços de tipo diverso, uns de âmbito **cognitivo** (o saber científico, uma competência especializada), outros de âmbito **organizacional** (o grupo profissional e a sua gestão do mercado de trabalho próprio, bem como a relação com as instâncias do poder), outros ainda de âmbito **moral** (princípios e valores partilhados, destinados a assegurar a legitimação social e a confiança do público).

É este o esquema que, ao longo das últimas décadas, tem servido como medida aferidora do maior ou menor grau de profissionalização de um grupo ocupacional. Não obstante, o conceito de **profissionalismo** foi começando a ser utilizado de modo mais complexo e elaborado, deixando de resumir-se a uma listagem estática e imutável de atributos supostamente definidores de uma profissão. Os “traços do profissionalismo”, segundo alguns críticos, arriscavam-se a ser sobretudo “mitos” (McKinlay, 1973, cit. por MacDonald, 1999: 9) alimentados pelos profissionais com o objectivo de excluir muitas ocupações deste ‘privilégio’; seriam essencialmente “argumentos” com base nos quais se estabeleceriam as fronteiras fechadas que delimitam um território profissional e controlam severamente as possibilidades de lhe aceder. Segundo a incisiva formulação de Larson (Larson, cit. por MacDonald, 1999: 7-8), estas “construções baseadas num ideal-tipo não nos dizem o que uma profissão *é*, mas apenas o que ela *pretende ser*”. A noção de profissionalismo, em muitos contextos usada apenas no sentido de ‘conjunto de traços definidores de profissão’ (por oposição a “ocupação”), acaba por se complexificar e por ser olhada também (ou sobretudo) no seu **carácter ideológico**. Como diz Rodrigues (2002: 40), “os primeiros sociólogos das profissões teriam aceitado ou tomado como características objectivas os elementos de uma ideologia, fazendo a sua defesa e apologia e participando nela”.

As abordagens iniciais da sociologia das profissões mereceram, assim, progressivas críticas, por se entender que os sociólogos a elas ligados teriam “caído numa armadilha ideológica” (Couture, 1988: 5), ao assumirem como traços definidores (e como resultados de trabalho científico) as ‘imagens de si’ desejadas, e transmitidas, pelos próprios grupos profissionais – imagens essencialmente assentes nos dois pilares de (1) domínio exclusivo de certos saberes esotéricos e (2) uma ética altruísta de serviço.

3. Jornalistas: os esforços de construção de uma profissão

Os modos como o ofício de jornalista foi tentando, sobretudo desde finais do século XIX até à segunda metade do século XX, transformar-se numa profissão (e, muito especialmente, ver-se **reconhecido** e **legitimado** como tal) acabaram por ser influenciados pelas concepções dominantes nesta matéria, sobretudo as ligadas ao paradigma funcionalista. Hoje em dia, contudo, as “insuficiências conceptuais do

aparelho funcionalista aplicado ao estudo dos grupos profissionais são bem conhecidas” (Ruellan, 1997: 138), pois esse aparelho apenas “constrói um ideal-tipo das profissões que participa no trabalho de legitimação de certos grupos, oferecendo-lhes a justificação através de um discurso científico” (*ibidem*).

As características particulares deste *métier* cedo acabaram, assim, por se confrontar com as evidentes dificuldades e contradições decorrentes da tentativa de o colocar a par das profissões ‘estabelecidas’ e socialmente reconhecidas (cujo ideal-tipo é o das profissões liberais) sem, contudo, deixar de lhe conferir um estatuto particular (o jornalista sempre foi, por regra, um trabalhador assalariado). E isto sucedeu em dois planos simultâneos:

1. por um lado, tentando convencer os poderes e a sociedade de que a actividade de jornalista supostamente (já) preenchia, apesar de algumas *nuances* particulares, os requisitos básicos de qualquer profissão “estabelecida” (um saber e um saber-fazer autónomos, uma organização própria, um papel social relevante, uma vocação altruísta, uma moral profissional auto-regulada ou em vias de o ser);
2. por outro lado, tentando justificar a pertinência (e a conseqüente manutenção) de uma situação de excepção quando, aparentemente, alguns desses requisitos só de um modo muito forçado (quando não artificial) se viam realmente ‘preenchidos’ pelos profissionais deste ofício. Ou seja, poderia não ser, do ponto de vista dos **critérios**, *um profissional igual aos outros* mas seria, do ponto de vista de **legitimidade**, *tão profissional como os outros*.

Pode perceber-se o motivo por que os jornalistas, enquanto grupo profissional à procura de um espaço autónomo e de um estatuto legítimo, se foram aferindo pelos padrões da lógica funcionalista dominante. Tratou-se, durante as várias décadas que durou o trabalho de construção e afirmação profissional, de conseguir uma espécie de carta de alforria para uma actividade socialmente desvalorizada, intelectualmente desprestigiada, economicamente maltratada, com marcas de nascença pouco ou nada nobres – mas, apesar de tudo isso, progressivamente disputada por poderes políticos, económicos, culturais (Mathien, 1995). O modelo do profissional liberal era o único que poderia conferir ao ofício jornalístico uma respeitabilidade, uma legitimidade e um reconhecimento social que cada vez mais pareciam imprescindíveis para a adequada valorização de uma actividade tida por essencial ao funcionamento dinâmico de uma sociedade livre e participada pelo maior número possível de cidadãos. E essa

valorização, essa legitimidade, esse reconhecimento social, não poderiam atingir-se se não fosse possível definir (e estabelecer formalmente) o espaço autónomo da actividade jornalística, as suas condições de funcionamento independente, a sua especificidade em termos de estatuto jurídico-legal, a sua responsabilidade em termos éticos e deontológicos, a protecção sócio-económica dos seus actores centrais – os jornalistas.

Este processo desenvolveu-se de modo diferente conforme os países, mas sempre oscilando entre dois terrenos de combate: ora o da **sociedade** como um todo (a quem se procurava convencer da bondade do desiderato dos novos profissionais em busca de reconhecimento e de estatuto), ora o dos poderes políticos, designadamente o **Estado** (a quem se reivindicavam leis, normas, cláusulas mais ou menos derogatórias do direito comum, em nome de uma especificidade e de uma relevância social particular).

Olhar para este percurso histórico apenas com os pressupostos da abordagem funcionalista arrisca-se a ser pouco esclarecedor sobre o efectivo desenvolvimento da **estratégia profissional** levada a cabo pelos jornalistas; leva-nos, quando muito, à constatação de que esta profissão não preenche de modo inquestionável alguns dos critérios habituais; leva-nos, porventura, até à sua classificação como “semi-profissão”, como em casos semelhantes tem sido proposto. Mas não dá resposta às sinuosidades e motivações do percurso feito pelo grupo profissional dos jornalistas até obterem o estatuto de que hoje desfrutam, seja em termos jurídico-legais, seja sobretudo em termos da poderosa presença que têm no espaço público – que em larga medida ajudam a conformar. Daí que pareça mais estimulante e mais operativo ir além dos rótulos ligados a um ideal-tipo de profissional e alargar a reflexão a outras perspectivas, nomeadamente as decorrentes do paradigma interaccionista e do “paradigma do poder”, desde logo porque eles nos permitem, como pretendia Hughes (invocado por Ruellan), “distinguir os fundamentos da organização profissional dos seus modos de legitimação” (Ruellan, 1997a: 139). É, afinal, aquilo para que Paredeise também chama a atenção:

Os traços das profissões que o modelo parsoniano tratava como consequências necessárias das funções macro-sociais reconhecidas aos profissionais são, agora, deduzidos dos desafios, dos recursos e dos constrangimentos dos jogos de interacção nos quais se exprimem os membros de uma coligação profissional. Cada traço é susceptível de caracterizar uma profissão simultaneamente como produto e como condição de trabalho de produção e de reprodução da profissão, ao mesmo título que outros recursos e constrangimentos de acção em torno de um *enjeu* central: a monopolização de um segmento do mercado de trabalho, visando controlar a incerteza da relação salarial ou de mercado” (Paredeise, 1988: 11)

Que os jornalistas fizeram o caminho da profissionalização, é evidente. Que alcançaram um estatuto muito próprio, não se duvida. Que são olhados, reconhecidos e tratados como “profissionais”, parece claro. Que agem, eles próprios, com esse poder – designadamente o poder de controlo sobre um segmento razoavelmente fechado do mercado de trabalho, nisso incluindo as condições de acesso e permanência, em termos tanto simbólicos como reais –, também parece inquestionável. Ainda assim, persistem, aqui e além, dúvidas sobre os reais fundamentos dessas ‘conquistas’ ou até sobre a legitimidade de todas elas, do mesmo modo que continua a não ser fácil definir, desenhar, caracterizar consensualmente **uma identidade profissional** dos jornalistas – que procurou definir-se e consolidar-se no próprio processo de profissionalização – ou explicar as recorrentes ambiguidades no processo (“tardio” e “inacabado”, para voltar a Ruellan – 1994: 210) da sua construção e afirmação. Sendo certo que, como sugere o mesmo Ruellan (1993, 1997a), a imprecisão dos contornos desta identidade profissional recorrentemente apodada de vaga e fluida (o “*professionalisme du flou*” que o autor francês pormenorizadamente dissecou) não é necessariamente uma insuficiência, uma disfunção ou um defeito, podendo até ser um trunfo, com as suas virtualidades. E o quadro conceptual que aqui deixamos, mais complexo (mas também mais rico) do que as tradicionais abordagens do ‘ser profissional’, pode porventura contribuir para investigar mais e melhor estas particularidades do percurso de afirmação dos jornalistas.

Bibliografia

- Couture, Denise**, “Enjeux actuels en sociologie des professions”, *Sociologie et Sociétés*, vol. XX, nº 2, Outubro 1988, pp. 5-7.
- Dubar**, Claude & **Tripier**, Pierre, *Sociologie des professions*. Paris, Armand Colin, 1998.
- Dubar**, Claude, *La crise des identités — L’interprétation d’une mutation*. Paris, Presses Universitaires de France, 2000.
- MacDonald**, Keith, *The Sociology of the Professions*, Londres, Sage, 1999 [1ª edição - 1995].
- Mathien**, Michel, *Les journalistes*, Paris, Presses Universitaires de France, 1995.
- Mathien**, Michel & **Rieffel**, Rémy (dir.), *L’identité professionnelle des journalistes — Actes du colloque de Strasbourg – 25 et 26 novembre 1994*, Estrasburgo, Alphacom, 1995.
- Paredeise**, Catherine, “Les professions comme marchés de travail fermés”, *Sociologie et Sociétés*, vol. XX, nº 2, Outubro 1988, pp. 9-21.

Rodrigues, Maria L., *Sociologia das profissões*, Lisboa, Celta, 2002 [1ª edição: 1997].

Ruellan, Denis, *Le Professionnalisme du Flou – Identité et savoir-faire des journalistes français*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1993.

Ruellan, Denis, “Les frontières d’une vocation”, in **Lacan**, Jean-François & **Palmer**, Michael & **Ruellan**, Denis, *Les journalistes*, Paris, Syros, 1994.

Ruellan, Denis, *Les “pro” du journalisme — De l’état au statut, la construction d’un espace professionnel*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 1997.